

# **A INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO COM EGRESSOS DO COLÉGIO TÉCNICO DE BOM JESUS/PI**

**THE INTEGRATION OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS EDUCATION, PROFESSIONAL EDUCATION AND SECONDARY EDUCATION: A STUDY WITH STUDENTS FROM BOM JESUS TECHNICAL SCHOOL/PI**

**Léia Soares da Silva**

Mestre em Educação (UFPI)

leasinhadasilva@gmail.com

**Maria da Glória Carvalho Moura**

Doutora em Educação (UFPI)

glorinha\_m@yahoo.com.br

## **RESUMO**

O estudo analisa a formação profissional integrada ao ensino médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), além das consequências para a vida pessoal e profissional de egressos. Traz reflexões acerca das aspirações individuais evidenciadas por meio da formação adquirida. Utilizou-se na metodologia a técnica do grupo focal para obtenção dos depoimentos de egressos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), da primeira turma do curso Técnico em Informática do Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ) no Estado do Piauí. Os resultados indicam que a formação técnica em Informática, no âmbito do PROEJA, influenciou o crescimento pessoal e profissional dos egressos. Conclui-se que houve o reconhecimento da instituição escolar no que se refere ao acolhimento e ao incentivo dos educandos. O serviço prestado pela comunidade escolar se configura como determinante para a superação das dificuldades e para o sucesso escolar do público da EJA.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Formação Profissional. Ensino Médio.

## **ABSTRACT**

This study analyzes the professional education integrated to the secondary education in the modality of Young People and Adults Education (EJA), as well as the consequences for the personal and professional life of students who have completed it. It offers reflections about students' individual aspirations as evidenced along their educational process. Regarding data generation, the focus group strategy was adopted to obtain the testimonies of graduates of the National Program for Integrating Professional Education with Basic Education in the Modality of Young People and Adults Education (PROEJA), being the first group to take the Technical Course in Informatics at Bom Jesus Technical School in the State of Piauí. The results indicate that the technical training in Informatics in the modality of PROEJA has influenced graduates' personal and professional development. Results also point to the central role that the school/school community plays in welcoming and encouraging the EJA students, as well as in helping them overcome difficulties and

succeed in their studies.

**Keywords:** Young People and Adults Education. Professional Education. Secondary Education.

## **Introdução**

No contexto educacional brasileiro, pelas legislações, tem-se clareza da garantia do acesso das pessoas jovens e adultas aos sistemas educacionais, indistintamente. Por outro lado, em muitas escolas que ofertam a EJA no país, ainda persiste o fechamento de turmas, sobretudo pela falta de infraestrutura para acolher esse público, bem como de professores efetivos habilitados para trabalhar nessa modalidade de educação. Contudo, o grande desafio consiste na permanência e continuidade dos estudantes da EJA na escola, pois muitos não veem sentido na educação descolada da sua vida pessoal e profissional.

A Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e o Ensino Médio, na perspectiva de integralidade, assumida pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), delineia-se como política pública que deve ser assumida pelo Estado, incorporada e reconhecida pelos sistemas de ensino: Federal, Estadual, Municipal e Entidades Privadas.

O PROEJA inicialmente implantado na Rede Federal de Ensino Tecnológico (Institutos Federais/IF, Centros Federais de Educação Tecnológica/CEFET e Colégios Técnicos, vinculadas às Universidades Federais), teve como intencionalidade fomentar políticas públicas, visando oportunizar ao público da EJA a educação profissional técnica integrada ao ensino médio (BRASIL, 2007).

A ênfase dada a este estudo incide sob a experiência da primeira turma do curso de Informática do PROEJA, no CTBJ, localizado no Estado do Piauí, vinculado à UFPI - Campus Universitário professora "Cinobelina Elvas" - um dos primeiros a estruturar o processo de implantação do PROEJA. Justifica-se pelo empenho e pelo envolvimento da gestão do colégio e a participação efetiva da sua equipe técnico-pedagógica na consolidação do Programa.

Nessa perspectiva, tem-se como questão-problema: como a formação técnica, em Informática, integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos influenciou o crescimento pessoal e profissional dos egressos do Colégio Técnico de Bom Jesus/PI? Guiado pelos objetivos de verificar se a formação profissional integrada ao ensino médio na Modalidade EJA estimulou a continuidade dos estudos; e de refletir as aspirações individuais evidenciadas por meio da

formação profissional, realizou-se uma pesquisa empírica no ano de 2013 com egressos do CTBJ, concluintes do curso em 2011.

Como procedimento metodológico utilizou-se a técnica do grupo focal que consiste em um grupo organizado de modo intencional com o intuito de obter informações precisas sobre determinado objeto de estudo, através de levantamento de opiniões, considerado um instrumento bastante útil (GATTI, 2005).

Esse instrumento possibilitou entrevistas coletivas que revelou dados sobre os benefícios da formação escolar para os egressos, na elevação da autoestima, na vontade de continuar os estudos e para ingressar em curso superior, além de conquistas profissionais, autonomia e oportunidade de promoção no trabalho.

Esse artigo organiza-se em três partes: a primeira traz a discussão da integração da educação profissional e do ensino médio na modalidade EJA; a segunda parte aborda o caso do CTBJ em face da implantação e consolidação do PROEJA; e a terceira parte trata dos resultados e discussões do estudo, em que se apresentam os sentimentos expressos pelos egressos ao CTBJ e em seguida, destaca a superação das dificuldades enfrentadas pelos egressos para concluir o curso.

### **Integração da Educação Profissional e do Ensino Médio na modalidade EJA: algumas reflexões**

No campo da modalidade EJA estudar o Ensino Médio integrado ao Ensino Profissionalizante assume uma conotação social e política, sobretudo, porque esta modalidade de Educação foi marcada historicamente, por iniciativas privadas e por programas governamentais pontuais, tais como: Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Fundação Educar, Projeto Minerva dentre outros.

Em sua maioria essas iniciativas educacionais se configuraram como equivocadas e nem sempre atenderam ao que está expresso na Constituição Federal (CF), desde 1988, que preconiza a oferta de uma educação gratuita e de qualidade a todas as pessoas em igualdade de direitos, condições, acesso e permanência na escola.

O ensino de segundo grau, atual Ensino Médio, no Brasil consolidou-se historicamente com uma dupla função: formação propedêutica e formação técnica. A primeira voltada exclusivamente para o ingresso em cursos de nível superior e a segunda voltada ao exercício de atividades instrumentais e manuais. Isso significava que existiam as “cabeças pensantes” versus os executores de ações meramente práticas, desprovidas de conhecimentos intelectuais. Essa dicotomia entre instrução

geral e instrução profissional foi durante muito tempo reflexo da sociedade brasileira, hierarquizada, cujas desigualdades sociais foram fruto do escravismo (KUENZER, 2001; MANFREDI, 2002).

Entretanto, as transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade exigem um modelo de educação, que integre a educação geral aos conhecimentos técnicos profissionais que superem a simples preparação dos indivíduos para o ingresso ao mercado de trabalho. Uma vez que o trabalho como princípio educativo, a ciência, a cultura e a tecnologia integradas reelaboram um modelo educacional, voltado para formação do cidadão pleno de direitos, como pessoa em todas as suas dimensões, garantido, assim, uma educação para cidadania e para o mundo do trabalho.

Cabe mencionar, que no contexto da Lei nº 5.692/71, já existia indicativo de ações voltadas para educação profissional. O Ministério da Educação (MEC) em consonância com essa lei implantou os Exames de Suplência Profissionalizante com o objetivo de reconhecer legalmente os profissionais que já tinham incorporado às habilidades técnicas em nível do então segundo grau.

O ensino supletivo significou no plano formal a ênfase dada à educação de adultos, em uma lei federal, até então, jamais vista na história da educação brasileira. Este ensino teve abrangência da alfabetização até a formação profissional de adultos. Assim, surgiram os Centros de Ensino Supletivo (CES) com a finalidade de atender aos adolescentes e adultos em distorção idade série, que pretendiam concluir a escolarização.

A preocupação dos legisladores residia na oferta de formação profissional de maneira imediata para um público engajado na força de trabalho. Além da formação geral os exames tinham efeito de habilitação profissional de 2º grau, sendo que a união desses dois exames (educação geral e profissional) conduzia ao diploma de técnico (HADDAD, 1987).

Nesse sentido, os exames supletivos se realizavam no nível de 1º grau e no nível de 2º grau, sendo este último destinado aos adultos a partir dos 21 anos de idade. Os cursos eram realizados em classes, presenciais ou via rádio, televisão, correspondência (carta) e outro meio de comunicação de grande alcance para atender ao maior número de jovens e adultos, caracterizando-se em uma modalidade à distância. Esses exames visavam exclusivamente à certificação daquelas pessoas que se encontravam à margem da escola regular.

Somente, a partir da promulgação dessa lei de reforma do ensino brasileiro, provocada pelos interesses do governo militar, o ensino supletivo para pessoas

jovens e adultos veio a se configurar como direito garantido, embora definidas as funções básicas de suplências, as quais se resumiam no suprimento da escolarização perdida na idade própria.

Nesse sentido, ao voltar o olhar para as finalidades desse ensino dirigido a pessoas jovens e adultos, verifica-se a existência de uma limitação das suas funções, as quais se definiram em suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação, apontados pelo próprio Parecer do Conselho de Educação nº 699/1972 de relatoria do conselheiro Valmir Chagas.

A suplência dava aos adolescentes, jovens e adultos a educação escolarizada de 1º e 2º graus. Pelo suprimento os jovens e adultos receberiam estudos de aperfeiçoamento ou atualização, proporcionados pelo reingresso ao sistema escolar. A aprendizagem fundamentava-se em uma formação instrumentalista, voltada para os interesses mercadológicos, promovida por empresas privadas, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A qualificação limitava-se à educação meramente técnica profissionalizante, sem perspectivas de uma formação geral, encarregada de preparar os recursos humanos para o trabalho.

Com a instauração da democracia na década de 1980, a educação de jovens e adultos alcança avanço significativo com a Constituição de 1988 por dar prioridade à educação dentro dos direitos sociais, e em seu Art. 208, inciso I reza que o dever do Estado com a educação dar-se-á mediante: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 15 (quinze) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”.

A democratização da educação definida como direito subjetivo, propõe a redução do grau de exclusão e desigualdade social das pessoas jovens e adultos, condição que perpassa o sistema de ensino. Por outro lado, nesse período houve grande ausência de políticas públicas no campo da EJA, justificada pela grande quantidade de programas e cursos aligeirados de educação de jovens e adultos, sem comprometimento com essa demanda populacional (GADOTTI, 2014).

Assim, até a década de 1980 houve grande difusão do MOBREAL, que foi extinto em 1985, e substituído pela Fundação Educar. Esta fundação financiava e apoiava tecnicamente iniciativas pontuais de educação de adultos, pautadas por programas governamentais, de entidades civis e de empresas (HADDAD, 1987).

Quando da realização em março de 1990, da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia), dentre os compromissos assumidos pelos governos, agências internacionais, organismos não governamentais, estava a

intenção de assegurar educação básica de qualidade à população mundial (infantil, juvenil e adulta). A base política e ideológica dessa Conferência encontrou terreno fértil na mentalidade brasileira. Em 1993, três anos depois foi publicado o Plano Decenal de Educação para Todos. Com esse plano o Brasil confirmou a implantação no país do projeto educacional firmado em Jomtien.

Então, a partir do advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº. 9.394/96, a Educação Profissional Técnica de nível médio aponta para novos horizontes, tornando-se alvo de políticas educacionais brasileiras, suscitadas pela emergência de uma formação caracterizada por um ensino holístico, abrangendo uma formação integral, propedêutica, humanística e ao mesmo tempo técnica profissionalizante (MOURA, 2011).

Nesta perspectiva, o Ensino Médio, definido como etapa final da educação básica, tem dentre as finalidades apontadas na legislação, a de preparar os educandos para o trabalho e para o exercício pleno da cidadania, de modo a capacitá-los às novas condições de ocupações e exigências da sociedade do conhecimento (CARNEIRO, 2010).

A educação como direito subjetivo encontra-se respaldada pela CF de 1988 e pela LDB 9394/96. A Constituição deixa evidente que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (ART. 208, § 1º)”, sendo dever do Estado oferecer educação para as pessoas jovens e adultas com distorções idade e série. A LDB explicita em seus artigos 37 e 38, as garantias de acesso e continuidade dos estudos, na abrangência das etapas de ensino, tanto fundamental quanto ao ensino médio. Nesta perspectiva, a concepção de EJA como modalidade da educação básica é assim referendada, no art. 4º:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] VII – oferta de educação regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996).

Essas oportunidades educacionais devem respeitar a diversidade do público atendido pela modalidade, considerando suas características físicas e psicológicas, interesses, condições de vida e de trabalho, específicas da fase de vida adulta.

A VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), que aconteceu no Brasil, na cidade de Belém/PA, no ano de 2009, ampliou a concepção da EJA, baseada nos valores emancipatórios, humanistas e de educação democrática. Em seu documento denominado “Marco da Ação de Belém” reafirmou

os princípios definidos na V CONFINTEA, no documento denominado: Declaração de Hamburgo. Essa declaração trouxe em seu bojo a concepção de educação ao longo da vida.

Nesse sentido, a educação ao longo da vida, proposta no documento, diz respeito à satisfação das necessidades e habilidades dos indivíduos, com diferentes idades e em diferentes fases da vida. No tocante ao trabalho, há de contribuir para o acesso de todos a domínios das capacidades produtivas.

Outro avanço bastante significativo para EJA, diz respeito à instituição do Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) da Câmara de Educação Básica (CEB), nº 11/2000, que trata das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, delineada para toda a educação básica (Ensino Fundamental e Médio). Essas Diretrizes tornam obrigatória a oferta de educação profissional na estrutura dos componentes curriculares, em conformidade com as peculiaridades dessa modalidade de educação. Assim têm-se as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora, o que ultrapassa o caráter supletivo de ensino, citado anteriormente.

De acordo com o Parecer já mencionado, a função da EJA é reparadora no sentido de restaurar o direito negado às pessoas jovens e adultas, impedidas de continuar a escolarização básica, sobretudo o direito a uma educação de qualidade, capaz de valorizar o ser humano em todas as suas dimensões. A função equalizadora se relaciona à igualdade de oportunidades às pessoas jovens e adultas, aos bens culturais e sociais, historicamente constituídos. A função qualificadora ou permanente reconhece o caráter contínuo e dinâmico das aprendizagens em todas as fases da vida do ser humano. Essas funções conferem identidade à EJA, pois ampliam os espaços educativos, bem como as aprendizagens dessas pessoas, para além da vida escolar.

Por estas diretrizes entende-se que a concepção de EJA prevalecente é aquela de educação, no seu sentido amplo e não mais simplesmente escolarização. Como o termo educação é amplo, a concepção assumida é de uma educação essencial e insubstituível, no sentido de prática cultural da vida humana e da experiência de cada sociedade. Assim, a educação é “um bem em si”, é integral, pois leva em consideração a pessoa em sua complexidade e integralidade (BRANDÃO, 2002).

A EJA consiste em uma educação que visa atender às necessidades imediatas e mediatas das pessoas jovens, adultas e idosas, no tempo presente, diferentemente dos adolescentes e jovens do ensino regular, sem trajetórias descontínuas no processo de escolarização. Muitos projetos e programas de



educação de jovens e adultos no Brasil, historicamente, têm sido realizados em curto período de tempo, outros tem se esforçado por se constituir em uma política educacional. Nesse sentido, a reflexão que se faz do PROEJA está nas possibilidades de efetivação como política pública, a fim de tornar a etapa de escolarização mais significativa para o público da EJA.

O PROEJA foi instituído na esfera do Governo Federal, pela primeira vez, em 24 de junho de 2005, por intermédio do Decreto presidencial nº 5.478/2005, nos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, bem como, nas Escolas Técnicas e/ou Colégios Agrícolas, vinculados às Universidades Federais. Após um ano este foi revogado, pelo Decreto nº 5.840/2006, ampliando sua abrangência às instituições estaduais e municipais de ensino e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional.

A revogação do referido decreto foi provocada por discussões da própria rede federal de educação profissional e tecnológica, instituições parceiras, gestores educacionais e estudiosos dos pressupostos do Programa, que indicavam a necessidade de ampliar seus limites. Essa revogação no entender de Ciavatta (2012, p. 80) esteve motivada pela “[...] insatisfação com os termos do Decreto e a pressão por um documento que pudesse elevar a escolaridade de todos os trabalhadores em termos de acesso e de qualidade [...]”.

De acordo com o texto base do PROEJA (2007), este Programa concebe uma formação profissional aliando escolarização a todo segmento da EJA, cujo princípio norteador é a formação integrada, que “sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (CIAVATTA, 2012, p. 85).

A ideia de educação profissional integrada ao ensino médio teve suas raízes na década de 1980, palco das lutas políticas, ideológicas e sociais pela defesa da escola pública, que superasse o tradicional dualismo entre trabalho e educação. No contexto brasileiro, Saviani (1994) põe em relevo a pedagogia socialista, contribuindo com o conceito de formação omnilateral, que surgiu dos conceitos de educação politécnica e escola unitária, cujos autores foram respectivamente: Karl Marx (1818-1883) e Antônio Gramsci (1891-1937).

A escola, ao assumir a função social de formar os indivíduos para o trabalho e, ao mesmo tempo, para estudos posteriores, assume a formação omnilateral dos sujeitos, que está relacionada ao desenvolvimento da pessoa em suas múltiplas



dimensões e capacidades. Pois, pelo trabalho, o homem se educa, se transforma, cria e recria a natureza (CIAVATTA, 2012).

A politecnia vem romper com as relações sociais capitalistas de formação unilateral do homem, de exploração pelo trabalho. No contexto da educação brasileira “embora o ensino médio não materialize a politecnia, ao voltar-se para ela, carrega consigo os germes da sua possibilidade, representando assim uma travessia, um rumo a tal horizonte” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 15).

O trabalho, em todas as suas formas, quer seja formal ou informal, qualificação ou requalificação profissional tem sido um dos aspectos motivadores pela busca da conclusão da escolarização das pessoas jovens e adultas, que procuram retornar à escola com a finalidade de suprir suas necessidades imediatas. Desse modo, a formação proporcionada pelo PROEJA não pode se restringir apenas à qualificação das pessoas jovens e adultas no, ou para o mercado de trabalho, mas que “[...] articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas” (FRIGOTTO, 2010, p. 37), inserindo todas as pessoas na sociedade, de maneira autônoma e politizada.

Em sintonia com a formação escolar e ao mesmo tempo profissional, esse Programa pode se configurar numa alternativa para superação do caráter dualista da educação, historicamente construída. O desafio educacional consiste em aprimorar uma política de formação de cidadãos e cidadãs emancipados, sensibilizados dos seus direitos, deveres e obrigações para com a sociedade em que estão inseridos.

### **O caso do CTBJ em face da implantação e consolidação do PROEJA**

O contexto empírico da pesquisa, o Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ), vinculado à Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Universitário professora “Cinobelina Elvas”, está localizado na cidade de Bom Jesus, no Estado do Piauí. O colégio funciona neste município desde 1982, quando foi criado através da Resolução do Conselho Universitário (CONSUN) nº 02/81, nessa época foi denominado Colégio Agrícola de Bom Jesus (CABJ).

O processo de implantação do PROEJA nos colégios Técnicos vinculados à Universidade Federal do Piauí (UFPI) teve sua origem a partir de um intenso trabalho de mobilização de professores e gestores, desencadeada por um grupo de professores do Centro de Ciências da Educação (CCE/UFPI), Campus Ministro Petrônio Portella, coordenado pela professora doutora Maria da Glória Carvalho Moura, pesquisadora da EJA, membro do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPI). Sua atuação junto à equipe pedagógica dos colégios foi

imprescindível para a compreensão pedagógica e filosófica do Programa, sobretudo no que diz respeito ao êxito e sua aceitação pela comunidade.

No ano de 2008 foram organizados discussões e encontros de formação com professores, gestores dos colégios e a equipe de coordenação, objetivando a implantação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA, como política, com ênfase em sua base teórica, legal e metodológica. Assim, foram construídas coletivamente as propostas pedagógicas dos cursos, validadas nos colégios envolvidos.

Vale destacar o empenho e o envolvimento da gestão dos colégios e a participação efetiva da equipe técnico-pedagógica, na consolidação do PROEJA. Houve o comprometimento de todos, desde a equipe de vigilância ao motorista que transportava os estudantes da cidade à escola. A título de exemplo, ressalta-se o empenho de uma professora e coordenadora pedagógica, que teve importante papel na implantação e consolidação do Programa no CTBJ. Seu apoio no trabalho docente, na divulgação e no incentivo aos jovens e adultos daquela região fez a diferença na sensibilização dos discentes, dentro e fora do colégio, e contribuiu para o sucesso do Programa.

O Município de Bom Jesus está situado no sul do Estado do Piauí, na Microrregião do Vale do Rio Gurgueia, região dos cerrados, aproximadamente a 640 km da capital Teresina. Nele predominam grandes reservas de água subterrânea, que representam o terceiro potencial de água doce do Nordeste do país. Ele demonstra, nos últimos anos, crescimento econômico significativo, grande potencial para abertura de novas empresas, indústrias multinacionais e nacionais de médio e grande porte.

A região é promissora, conhecida nacionalmente, como última fronteira agrícola, pela expansão do agronegócio e de atividades econômicas diversas, desencadeada pela produção da soja, que atraiu a comunidade gaúcha que lá reside e vivencia um momento de crescimento do setor agropecuário e conseqüentemente do comércio, juntamente com o desenvolvimento da educação, com a implantação do campus universitário, resultante da expansão da Universidade Federal do Piauí.

Essa realidade exige profissionais habilitados na área técnica de informática para atuação na indústria e no comércio dessa região em desenvolvimento. Desse modo, a formação técnica em informática, obtida por meio do PROEJA garantiu aos estudantes/egressos a qualificação necessária para atuação profissional, a fim de atender às necessidades das demandas que se impõem.

O colégio é referência na região Sul piauiense pela obtenção de excelentes resultados no manejo e produção de suínos de elevado padrão genético, relacionado à aquisição de animais de alta-linhagem. Essa atividade faz parte do laboratório vivo de ensino e aprendizagem do curso Técnico em Agropecuária, bem como, espaço de aplicação de pesquisas e de desenvolvimento de projetos de extensão.

O colégio dispõe de uma ótima infraestrutura, doze (12) salas de aula, todas climatizadas, além de equipamentos de multimídia, laboratórios, ginásio de esportes, horta escolar dentre outras. Para o Curso Técnico em Informática, o CTBJ disponibiliza laboratório de montagem e manutenção de computadores, espaço em que os estudantes realizam as atividades práticas. Os laboratórios estão devidamente equipados com sessenta (60) computadores conectados à internet e dois (02) retroprojetores. O setor pedagógico compreende a coordenação geral de ensino, coordenação do ensino médio, coordenação do Curso Técnico em Agropecuária, coordenação do Curso Técnico em Informática, coordenação do Curso Técnico em Enfermagem, coordenação do PROEJA e chefia de serviço de orientação educacional.

Atualmente, o colégio passou a denominar-se Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ), pela Resolução nº 003/13. Possui tradição na região, está entre os melhores colégios da cidade e lidera o ranking das escolas públicas do Estado do Piauí. É reconhecido pelo serviço que presta à comunidade, pela qualidade dos cursos e dedicação ao ensino.

Tem como missão promover a formação do educando no âmbito da educação básica e profissional, preparar os jovens para o trabalho e para o exercício pleno da cidadania. Oferta o ensino médio e técnico, integrado e concomitante e o curso técnico integrado ao ensino médio na modalidade EJA, visando desenvolver as competências e habilidades necessárias à formação integral do educando e o ingresso ao mundo do trabalho. Assim, tem como desafio “formar profissionais que sejam capazes de lidar com rapidez a produção dos conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como, a transferência e aplicação desses conhecimentos na sociedade e, principalmente, no mundo do trabalho” (PIAUI, 2008, p. 2).

Atende as regiões circunvizinhas do Vale do Gurguéia, além de estudantes de outros estados, como Mato Grosso. Possui um total de 664 alunos, distribuídos nos três cursos técnicos do PROEJA (Agropecuária, Informática e Enfermagem), além do Ensino Médio. O PROEJA implantado no CTBJ justifica-se pela própria necessidade econômica e social do município em especial “[...] com vistas a atender

a nova demanda da região, por se tratar de um profissional importante para o funcionamento produtivo da economia local e regional” (MOURA, 2011, p. 237), tem, portanto, grande relevância para a formação de futuros profissionais, sobretudo aqueles oriundos do Curso Técnico em Informática na Modalidade EJA.

A base curricular comum dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) é organizada em doze Eixos Tecnológicos<sup>1</sup> e três Áreas de Conhecimento<sup>2</sup>. A matriz do Curso Técnico em Informática do CTBJ foi organizada pelo Eixo Tecnológico: *Informação e Comunicação*, considerando os componentes curriculares: Informática Básica, Sistema Operacional I, Software Aplicativo I (texto), Arquitetura e Organização de Computadores, Sistema Operacional II, Software Operacional II, Software Aplicativo III (slides), Software Utilitário, Programação Estruturada, Aplicação WEB, Manutenção Básica de Computadores, Softwares Aplicativos (banco de dados), Fundamentos de Redes, Empreendedorismo, Manutenção Básica de Computadores II, Projeto de Banco de Dados, Prática de Redes e Programação Comercial (PARECER CNE/CEB Nº 11/2008).

Já o Ensino Médio contempla três áreas do conhecimento, definidas à época e seus respectivos componentes curriculares: Linguagens e suas tecnologias - Língua Portuguesa, Redação, Inglês, Artes e Educação Física; Ciências Humanas e suas Tecnologias - História, Geografia, Sociologia e Filosofia; Ciências da Natureza e suas Tecnologias - Matemática, Física, Química e Biologia. (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3, 1998).

Em termos operacionais, a organização pedagógica do Curso Técnico em Informática/PROEJA do CTBJ, foi estruturada em seis módulos, perfazendo uma carga horária total de 3.508 horas/aula. Dessas, 1.229 horas/aulas são destinadas aos componentes curriculares obrigatórios do Ensino Médio e 2.479 horas/aula são designadas para o ensino técnico, incluindo às 200 horas de Estágio Supervisionado.

Desse modo, as disciplinas do núcleo de formação geral e de formação profissional, específica estão organizadas de maneira a viabilizar aos estudantes o contato com a prática profissional durante todo o curso, articulando teoria e prática

<sup>1</sup> Eixos tecnológicos: 1. Ambiente, Saúde e Segurança; 2. Apoio Educacional; 3. Controle e Processos Industriais; 4. Gestão e Negócios; 5. Hospitalidade e Lazer; 6. Informação e Comunicação; 7. Infraestrutura; 8. Militar; 9. Produção Alimentícia; 10. Produção Cultural e Design; 11. Produção Industrial e 12. Recursos Naturais. (CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO, 2012).

<sup>2</sup> Áreas do Conhecimento: Linguagens e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias. (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3, 1998).

na formação técnica profissional. É importante destacar que no contexto atual a proposta curricular para o Ensino Médio foi reformulada, estabelecendo uma nova divisão das áreas: “[...] I – Linguagens; II Matemática; III – Ciências da Natureza; IV – Ciências Humanas” (RESOLUÇÃO Nº 2, 2012). Quanto à educação profissional técnica de nível médio “[...] o Eixo Tecnológico antes denominado ‘Ambiente, Saúde e Segurança’ foi alterado para ‘Ambiente e Saúde’, sendo criado, em separado, o Eixo Tecnológico ‘Segurança’ [...]” (RESOLUÇÃO Nº 4, 2012). Com essa nova estrutura o ensino médio passou de três para quatro Áreas do Conhecimento e o ensino técnico de doze para treze Eixos Tecnológicos.

## **Resultado e discussões**

Para analisar se a formação profissional integrada ao ensino médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) estimulou a continuidade dos estudos de pessoas jovens e adultas; bem como na busca de refletir acerca das aspirações individuais evidenciadas por meio da formação profissional, realizaram-se duas sessões de grupo focal, em dias alternados e em um local acessível a todos. Foram selecionados oito egressos que aceitaram colaborar voluntariamente com a pesquisa. Utilizou-se como instrumento para coleta dos dados em cada sessão gravação em áudio e dinâmicas de grupo motivadoras. Após o agrupamento e organização dos dados, obtiveram-se as seguintes categorias de análise: 1. Sentimentos expressos pelos egressos ao CTBJ e 2. Superação das dificuldades enfrentadas para concluir o curso.

Essa técnica envolveu atividade coletiva, cujo material discursivo mostrou-se de suma importância para o levantamento de informações para pesquisa. Nesse sentido, “a utilização do grupo focal, como meio de pesquisa, tem de estar integrado ao corpo geral da pesquisa e a seus objetivos, com atenção às teorizações existentes e às pretendidas” (GATTI, 2005, p. 8).

Os discursos dos egressos, relacionados à sua dimensão pessoal e profissional resultam sobremaneira da vivência no âmbito da instituição de ensino. Pela convivência no CTBJ, os jovens e os adultos sentiram-se capazes de aprender, redimensionar seus sonhos, metas e desejos, chegando à concretização de seus ideais que não eram apenas individuais, mas também parte de um coletivo.

O adulto engajado no mundo do trabalho quer realizar uma atividade que tenha sentido para sua vida, ou seja, em que possa realizar-se como pessoa. Nessa perspectiva, ressalte-se a autovalorização, provocada pela afinidade com o curso técnico, que possibilitou encorajamento e segurança para a escolha profissional,

como ficou explícito na fala de um dos egressos: [...] *não sou obrigada a aceitar tudo, eu tenho capacidade*. Desse modo se confirma que “[...] é através de sua participação no processo de produção que o indivíduo pode pretender a auto-realização, tanto no plano da satisfação pessoal quanto do status social” (BAJOIT; FRANSSSEN, 2007, p. 103).

Partindo-se da ideia de que integrar é abrir e criar caminhos em que todos façam parte e tenham sentido (COSTA; SYDOW; SANTOS, 2012), nas falas dos participantes percebe-se a transferência dessa integração também para as relações humanas, confirmada no seguinte relato: *todo mundo conversava e sempre tinha aquela amizade*. Assim, a formação integral transcende os espaços escolares, rompe os “muros” que dividem a escola da vida em sua globalidade. A escolarização funciona também como meio de interação social, onde conflitos podem ser solucionados.

É preciso, pois, apreender que os jovens e adultos que retornam à escola, chegam com um conjunto de experiências sociais vividas nos mais diferentes contextos. Como sujeitos socioculturais possuem diferentes visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, desejos, projetos, que acumulam ao longo do tempo (DAYRELL, 1992). Quando reingressam à escola, aperfeiçoam esses conhecimentos e as relações sociais estabelecidas, que são modificados pelas aprendizagens adquiridas no decorrer do novo processo de escolarização.

Desse modo, por meio da convivência no ambiente escolar, jovens e adultos do PROEJA/CTBJ sentiram-se confiantes, realizados em sua escolha profissional e motivados pela boa convivência com seus pares. A seguir trata-se dos sentimentos expressos pelos egressos ao CTBJ, bem como de dificuldades encontradas no percurso formativo para sua conclusão.

### **Sentimentos expressos pelos egressos ao CTBJ**

No decorrer da história da educação básica no Brasil, evidenciou-se uma divisão entre o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino profissional, principalmente na modalidade EJA, que acarretou para a sociedade brasileira a acentuação da divisão de classes e os equívocos com a educação para as pessoas jovens e adultas que não se enquadravam na faixa etária (escolar) permitida por lei.

O PROEJA, embora sendo implantado a princípio por força de um decreto presidencial, representa um resgate da educação de pessoas jovens e adultas, com oferta de qualidade, comprometida com a formação dos sujeitos, “voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de outro

mundo possível” (BRASIL, 2007, p. 32). Assim, não se pode deixar de apresentar os sentimentos e significados atribuídos ao colégio pelos egressos investigados.

Para os egressos do PROEJA, o desafio de retornar à escola possibilitada pelo ingresso no CTBJ esteve relacionado à superação dos sentimentos de desconfiança, rejeição e frustração vivenciados no passado com as experiências escolares, sobretudo no período da infância. Entretanto, o curso técnico em Informática representou a esperança, o sonho de retornar o percurso escolar interrompido, na perspectiva de ingresso no mercado de trabalho e de uma melhor qualificação profissional. Essa posição refletiu de maneira edificante no desempenho escolar durante o curso.

O sentimento de pertencimento com relação à escola, além de apropriação de seu desejo, impulsionou a persistência, a vontade de concluir a educação básica, através do PROEJA no CTBJ. Muitos dos egressos explicitaram a vontade que tinham de retomar aos estudos e, revelaram que a idealização da escola correspondeu concretamente aos seus anseios e expectativas, tais como: estudar em uma escola reconhecida na cidade, aprender conteúdos úteis a uma futura profissão, disciplinas atrativas, convivência com professores qualificados, acolhedores e com uma boa metodologia de ensino.

Os Colégios Técnicos vinculados às universidades federais assumiram a responsabilidade de incluir os jovens e os adultos em suas unidades de ensino, promovendo a permanência e o sucesso desses estudantes. O PROEJA no CTBJ cumpriu um dos seus princípios que “diz respeito ao papel e compromisso que entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais têm com a inclusão da população em suas ofertas educacionais” (BRASIL, 2007, p. 37). A opção pelo colégio reforça esse acesso à rede federal de ensino, mediado pelo PROEJA, além das motivações dos jovens e adultos para retornar à escola.

Estudar no Colégio Agrícola de Bom Jesus (CABJ), atualmente CTBJ, era uma aspiração pessoal dos egressos do PROEJA. Todos confirmaram em seus discursos a preferência pela instituição de ensino, referência em educação naquela região. Ficou demonstrada pelas falas que construíram uma concepção positiva do colégio referendado pela experiência conjunta com os profissionais da escola, enquanto estudantes.

As falas dos egressos revelaram os sentimentos e sentidos construídos ao longo da formação no colégio, que influenciaram positivamente a permanência dos estudantes no curso, superando o cansaço, desânimo, frustrações por um passado de insucesso em sua passagem pela escola, como foi relatado na fala de um dos



*egressos: acredito que cada um deu sua contribuição, cada qual da sua forma, do zelador, motorista, professor, [...] todos deram sua parcela de contribuição para que nós chegássemos até onde estamos hoje.*

Esta análise permite compreender, que a imagem negativa da escola, vivida pelos sujeitos no seu percurso de escolarização foi desconstruída pela entrada no CTBJ, o qual fazia parte do projeto de vida de muitos. Daí o entendimento de que as mudanças educativas devem a princípio ser incorporadas como mudança cultural.

O cotidiano escolar constitui espaço propício para a socialização de saberes e novas aprendizagens, sendo meio essencial de incentivo às pessoas jovens e adultas a se reconhecerem como protagonistas de sua formação, a criar vínculos e significados para sua vida exterior ao contexto escolar. Portanto, a escola na formação dessas pessoas, marcou suas histórias de vida.

É preciso apreender que os jovens e adultos que retornam à escola, chegam com um conjunto de experiências sociais vividas nos mais diferentes contextos. Como sujeitos socioculturais possuem diferentes visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, desejos, projetos, que acumulam ao longo do tempo (DAYRELL, 1992). Quando reingressam à escola, aperfeiçoam esses conhecimentos e as relações sociais estabelecidas, que são modificados pelas aprendizagens adquiridas no decorrer do novo processo de escolarização.

Desse modo, por meio da convivência no ambiente escolar, jovens e adultos do PROEJA/CTBJ sentiram-se confiantes, realizados em sua escolha profissional e motivados pela boa convivência com seus pares. Ressalta-se o acolhimento da coordenação do PROEJA, através do incentivo e insistência com os estudantes para permanecerem firmes nos estudos, a fim de alcançarem a conclusão.

O bem-estar e os vínculos afetivos, facilitadas pela instituição foram determinantes para o desenvolvimento escolar dos jovens e adultos, visto que a imagem negativa da escola que porventura fizesse parte da vida dos estudantes foi desfeita pela boa convivência no colégio.

Dessa forma, torna-se necessário desmistificar a escola como local onde apenas aprendemos a fazer algo, para aquisição de capacidades intelectuais com a finalidade de alcançar resultados, presumindo um conhecimento estritamente para o âmbito profissional.

Busca-se então, compreender a instituição escolar como um ambiente que contribui não somente para o êxito na vida profissional das pessoas, mas também para a vida pessoal, influenciado diretamente as relações sociais, uma vez que a escola é espaço amplo de formação humana, ela aprofunda essa humanização,

aprimorando o desenvolvimento de habilidades. Assim, o acesso a essas relações sociais, contribui para a formação dos educandos, sujeitos socioculturais.

### **Superação das dificuldades enfrentadas para concluir o curso**

Revisitar as lembranças dos egressos da primeira turma do PROEJA/CTBJ a respeito das dificuldades enfrentadas para a conclusão do curso Técnico em Informática, com destaque à superação, leva a reconstrução desta trajetória escolar na (re) significação de suas histórias de luta e de incertezas que ao longo do caminho foram se transformando em possibilidades de concretização de um “sonho possível”, como diria Freire et al. (1982). Sonhar um sonho possível tem ligação com os limites que a vida foi impondo aos jovens e adultos do PROEJA, que, apesar dos obstáculos, conseguiram por vontade própria não parar mais na caminhada, pois descobriram que o caminho é constantemente refeito, pelo acúmulo das experiências de vida.

Os participantes mostraram consciência de suas limitações, devido à necessidade de dedicação excessiva às atividades realizadas em sala de aula, porque não havia outro momento para se apropriar dos conteúdos escolares. Além disso, houve o enfrentamento de crítica das pessoas, no entanto, a ausência de incentivo não foi um obstáculo.

Para alguns dos participantes da pesquisa, o esforço físico e cognitivo tornou-se dobrado para superar a dificuldade, porque o curso noturno era uma continuidade da carga horária de trabalho que os acompanhava diariamente, que poderia ter como consequência o atraso e a perda de aulas, indisposição e falta de acompanhamento dos conteúdos escolares, entre outros.

Haja vista que, “a frequência do aluno trabalhador, jovem e adulto, é um grande desafio que se coloca para as políticas públicas de EJA. Como enfrentar o cansaço depois de um dia inteiro de trabalho?” (GADOTTI, 2014, p. 22-23). É necessário que as instituições de ensino estejam preparadas para atender as necessidades desse público, quer sejam estruturais (sala de aula bem iluminada, confortável, etc.) quer pedagógicas (didáticas e metodologias atrativas).

Além disso, o incentivo dos professores, da equipe pedagógica do CTBJ e a participação nos eventos científicos foram razões decisivas para sua permanência e continuidade nos estudos. Isso demonstra que o estudante de EJA é um adulto comprometido, determinado e responsável para seu sucesso escolar, porém muitas vezes, é necessário incentivo de outras pessoas próximas que não sejam os

familiares, mas professores motivadores que se aproximem dos estudantes, como aconteceu no CTBJ.

Outra dificuldade relatada pelos egressos esteve relacionada ao tempo para dedicação aos estudos e também ao trabalho, conforme ficou explícito em uma das falas: *Saía tarde do trabalho e não tinha tempo para estudar para as provas, superei estudando até mais tarde*. Os longos períodos afastados da escola exigiam uma maior dedicação que nem sempre era possível, às vezes, acabavam dificultando o acompanhamento dos conteúdos das disciplinas do curso técnico em Informática.

Ainda, com relação aos conteúdos, ressalta-se a dificuldade de aprendizagem de disciplina de matemática, confirmada em uma das falas dos egressos: *A minha dificuldade foi com a matemática que eu nunca aprendi por passar muito tempo sem estudar*. Os relatos dos alunos provocam os professores a repensar suas práticas pedagógicas, tornando-as adequadas e interessantes ao público do PROEJA, visto que “[...] a permanência do aluno na escola está relacionada à integração e ao êxito no processo ensino-aprendizagem” (MOURA, 2013, p. 303).

Outra dificuldade mencionada pelas egressas que são donas de casa e mãe, dizem respeito a situações familiares, ao cuidado com o lar. Sem ter com quem deixar o filho, uma delas encontrou apoio no colégio: *liberaram para levar o menino*. Para as estudantes foram garantidas algumas condições, tais como: permissão para levar o filho para a sala de aula e reforço escolar que corroboraram para a permanência delas, a fim de alcançar a conclusão do curso. Essa realidade das estudantes é um dos grandes obstáculos que se coloca ao PROEJA (LIMA FILHO, 2010).

O incentivo financeiro promovido pelo governo federal para os estudantes ressaltada pela assistência estudantil, através de “bolsa” trabalho e estágio remunerado na própria instituição, confirma que se torna cada vez mais necessário “[...] apoio que possam assegurar o acesso e a permanência” (KUENZER, 2011, p.5). Pelo exposto é notória, portanto, a necessidade de se promover uma educação integrada que contemple os interesses e as necessidades do público da EJA.

### **Considerações Finais**

No campo da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio na modalidade EJA, educadores e gestores se encontram diante do grande desafio de possibilitar uma formação de qualidade, que atenda aos anseios, às expectativas pessoais e particulares, às condições de vida e trabalho do seu público. Por se tratar de uma demanda potencial para o mundo do trabalho, o direito fundamental à

profissionalização está entre as prioridades do Estado, elevando o campo educacional para a formação integral do cidadão trabalhador.

Em meio à diversidade de experiências até aqui relatadas, é notória que a formação profissional técnica, integrada ao ensino médio na Modalidade EJA, estimulou dois dos egressos investigados à continuidade dos estudos em nível superior, conforme foram ilustradas em ambas as falas: *após o PROEJA fiz o ENEM. Estou cursando Pedagogia. [...] O curso técnico de informática do PROEJA me ajudou entrar na faculdade, hoje estudo Contabilidade.* Assim, ficou perceptível o alcance de suas aspirações individuais conquistadas na elevação da escolaridade, também por meio da formação profissional.

A visão da sociedade sobre a escolarização de pessoas jovens e adultas está muito restrita a formação para a aquisição de uma determinada profissão. Entretanto, a proposta do PROEJA integra outra dimensão da formação mais humana e também cidadã, ultrapassando o mero aprimoramento das potencialidades para a vida produtiva dos indivíduos.

Sendo a escolarização de pessoas jovens e adultas, conforme Moura (2011) ainda internalizada pela sociedade como um dos meios propícios para o aprimoramento das potencialidades dos indivíduos, independente de idade, sexo, atividade econômica, dentre outros aspectos, a proposta do PROEJA, integra os conhecimentos de formação geral aos de formação profissional, sem, contudo desconsiderar os conhecimentos de formação humana e cidadã, bem como as especificidades dos sujeitos envolvidos nesse processo.

O Ensino Médio integrado à Educação Profissional na modalidade Educação de Jovens e Adultos é proposição do Governo Federal e uma oportunidade para muitos cidadãos brasileiros, trabalhadores em sua maioria, que querem recuperar e continuar o processo de escolarização perdido, por situações de exclusão impostas pela sociedade hierarquizada e dividida em classes sociais.

Como se percebe neste estudo, a mudança de vida pessoal e profissional do público atendido pela modalidade EJA é possível, desde que haja compromisso político e esforço coletivo como aconteceu no CTBJ. Iniciativa como o PROEJA deve provocar o poder público a proporcionar políticas educacionais que atendam o direito dos jovens e adultos a uma educação de qualidade, garantidos na Carta Magna do país.

Assim, atendendo aos preceitos legais a EJA que foi historicamente desenvolvida por programas pontuais, aos poucos está se reencontrando em meio a lutas e resistências de movimentos da sociedade, chegando ao século XXI, com

uma possibilidade de se efetivar como política pública.

Os resultados apontam ainda para o reconhecimento da formação técnica integrada ao ensino médio como determinante para o sucesso escolar e profissional dos egressos. A experiência escolar no curso técnico de Informática do PROEJA foi para os egressos uma motivação e incentivo para o trabalho e para a continuidade da escolarização em nível superior.

## Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **LDBEN**, nº 9.394. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. CONFINTEA V. **Declaração de Hamburgo**: agenda para o futuro. Brasília: SESI, UNESCO, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, **CNE/CEB nº 16/1999**. Disponível em <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016\_99.pdf>. Acesso em 25 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (**PROEJA**). Documento Base, Brasília (DF): MEC, 2007.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012**. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

\_\_\_\_\_. Parecer 699/72. Doutrina e filosofia do ensino supletivo. In: **Legislação do ensino Supletivo**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1978. p. 37-71.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB nº 11/2008. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio**. Brasília: MEC, 2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

\_\_\_\_\_. **Legislação do ensino Supletivo**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

BAJOIT, G.; FRANSSSEN, A. O trabalho, busca de sentido. In: FÁVERO, Osmar *et al.* **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: MEC, 2007 (Coleção Educação para Todos). p. 93-124.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura compreensível, artigo por artigo**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-106.

COSTA, R. C. D. ; SYDOW, B. ; SANTOS, S. V . Currículo Integrado no PROEJA: Caminhos inéditos para Educação de Jovens e Adultos? In: GODINHO, Ana Claudia Ferreira. (Org.) et al. **Currículos e saberes do trabalho na Educação Profissional: Estudos sobre o PROEJA**. Pelotas: Editora da UFPEL, 2012.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. Educação do aluno-trabalhador: uma abordagem alternativa. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 15, jun. 1992, p. 21-29.

FREIRE, Paulo et al. **Educação: o sonho possível**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 25-41.

GADOTTI, Moacir. **Por uma Política Nacional de Educação Popular de Jovens e Adultos**. São Paulo: Moderna, 2014.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

HADDAD, Sérgio. **Ensino supletivo no Brasil o estado da arte**. Brasília: INEP, 1987.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Ensino Médio: formação para a cidadania ou submissão ao mercado de trabalho. **Revista APASE Suplemento Pedagógico**, São Paulo, ano XII, n. 27, p.1-5, 27 abr. 2011.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o mundo do trabalho: elementos para discussão da reconfiguração do currículo e formação de educadores. In: MACHADO, Maria Margarida (Org). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Brasília: SECAD/MEC, 2010. p. 119-130.

MANFREDI, Silvia M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional: práticas curriculares e pedagógicas. In: MENDES SOBRINHO, José A. de Carvalho; LIMA, Maria da Glória S. Barbosa (Orgs.). **Formação, Prática Pedagógica e Pesquisa em Educação**: retratos e relatos. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 233-254.

\_\_\_\_\_. Educação Profissional Integrado ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional: desafios, dilemas, perspectivas na voz do aluno. In: FRANÇA-CARVALHO, Antonia Dalva; SANTOS, Mário G. dos; CASTRO, Mônica M. M. R. Nunes de (Orgs.). **Conversas Pedagógicas**: Textos e Contextos da docência. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 291-305.

PIAUÍ. **Matriz Curricular do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)**: Colégio Técnico de Bom Jesus, 2008.

SAVIANI, Demerval. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias**. Petrópolis, Rj: Vozes, 1994.

Recebido em: 15/11/2016.

Aprovado em: 09/05/2017.